

Congresso só vota LDO na sexta-feira

Orçamento

A Comissão Mista do Congresso só votará o texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 1992 na próxima sexta-feira. É o que ficou acertado, ontem, numa reunião que durou menos de uma hora. Hoje e amanhã, a comissão discutirá o substitutivo apresentado pelo relator Messias Góis (PFL-SE), que admitiu ter negociado seu texto com os integrantes da equipe econômica do governo. "A filosofia de trabalho da equipe atual é bastante diferente da equipe da ministra Zélia Cardoso de Mello, que foi a autora da mensagem enviada ao Congresso. Com meu relatório, quero evitar um choque entre o Executivo e o Legislativo", explicou o relator, Messias Góis.

Ao detalhar alguns aspectos do seu substitutivo, Messias Góis assinalou que, antes de tudo, seu texto "vai flexibilizar o orçamento da União". Ele entendeu ser desnecessário manter o termo "desindexação", na parte relativa à adaptação da legislação tributária, pois "não é preciso repetir uma coisa, a desindexação, que já ocorreu através de uma lei. O objetivo é a estabilização da economia", frisou o deputado.

Imposto sobre fortunas

O relator também afirmou que optou por retirar a proposta de criação do Imposto sobre Grandes Fortunas, que constava da proposta original do governo, pois "já existe um projeto tramitando no Congresso".

Ao incluir o Ministério Público da União entre os seto-

res que terão o orçamento definido pelo Congresso, Messias Góis argumentou que essa decisão visa engrandecer o órgão e não diminuí-lo. "Ele é o fiscal da sociedade, tendo recebido poderes extraordinários com a nova Constituição. Não é um quarto poder, mas é de importância fundamental", justificou o deputado Messias Góis.

Maurício Correia/AE

Agenda do Congresso para hoje

Matérias previstas para votação em sessão plenária

Congresso

- Discussão e votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1992
- Outra sessão deverá ser convocada para prosseguimento do exame da Medida Provisória 296 e votação de vetos presidenciais.

Câmara dos Deputados

- Alterações na Lei do Inquilinato
- Isenção de IPI para máquinas, aparelhos e instrumentos novos
- Correção monetária das demonstrações financeiras
- Emendas do Senado ao projeto sobre organização das Forças Armadas
- Reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau
- Disciplinamento da profissão de químico.

Senado

- Projeto de decreto legislativo que homologa decisão do Conselho Monetário Nacional que autorizou emissão de papel moeda em 1983.

Obs: Outros projetos podem ser incluídos à última hora nas pautas por decisão das lideranças partidárias e dos plenários.

Fonte: Câmara dos Deputados e Senado